

60 ANOS DO GOLPE

# 'República sindicalista só sobre o cadáver moral das Forças'

— Chefe do Estado-Maior advertiu Jango no dia 31: que se livrasse das 'greves políticas' e governasse com os militares

## DEPOIMENTO

**Neto de Benjamin Constant e filho de marechal, Pery Constant Bevilaqua foi general do Exército brasileiro**

MARCELO GODOY

A busca da legalidade levou o general Pery Constant Bevilaqua a uma trajetória sinuosa em meio às atribuições e crises da República. Neto de um dos artefices do 15 de Novembro de 1889, o coronel Benjamin Constant, e filho do marechal José Bevilaqua, Pery era um jovem capitão quando testemunhou, em 1930, a deposição do presidente Washington Luís e a formação da junta militar que transferiu o poder a Getúlio Vargas.

Era a primeira das muitas reviravoltas políticas, ora chamadas de revolução, ora de golpes e de contragolpes, que este oficial testemunharia. Em comum, todas tiveram oficiais em alguns de seus papéis centrais. Foi assim em 1945, com a deposição de Vargas e, depois, nas crises de 1954, 1955 e 1961, quando, já promovido a general e à frente da 3.ª Divisão de Exército, Pery se insurgiu. Era contra o veto dos ministros militares à posse de João Goulart na Presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Dizia se bater pela legalidade.

O País se dividiu, bem como suas Forças Armadas. A solução foi a adoção do parlamentarismo. Empossado Jango, o general receberia a quarta estrela e seria designado para comandar o 2.º Exército, em São Paulo. É aqui que seu relato, em 1977 – quando ainda vigorava o AI-5 – aos jornalistas do *Jornal Tarde*, ganha novo relevo. Ao ser publicado em 1978, o papel de Pery nos eventos imediatamente anteriores ao golpe de 1964, os rumos do regime militar e a discussão sobre a anistia – classificada pelo general como o “problema político n.º 1 do País”, que, enfim, seria aprovada um ano depois – ocuparam a atenção dos editores.

Mas Bevilaqua havia entregue ao Projeto Memória mi-

to mais do que isso. Seu relato ocupou três volumes, com quase 500 páginas de documentos – alguns inéditos –, das quais apenas uma parte resumida foi publicada. O leitor do *Estado* vai aqui descobrir novos trechos do depoimento que mostram uma linguagem do general em direção a todos aqueles que julgava desrespeitar a legalidade, fossem os adversários de 1961, os sindicalistas agrupados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ou no Pacto de Unidade de Ação (PUA), os comunistas e mesmo a linha-dura, o grupo militar encastelado no poder que fora decisivo para o autoritarismo dos Ato Institucional n.º 2 e n.º 5.

Nem mesmo seus colegas de Superior Tribunal Militar (STM), onde ocupou uma cadeira entre 1965 e 1968, foram poupados. “Se Caxias voltasse, cairia fulminado”, disse sobre o que se passava na Corte.

No dia 31 de março de 1964, Pery tentou uma última carta para salvar João Goulart. Procurou o presidente no Palácio das Laranjeiras com um documento embaixo do braço após conversar com seus colegas da Marinha, do Exército e da Força Aérea, entre os quais o general Humberto de Alencar Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior da Força Terrestre. Esse documento, e outros feitos em novembro de 1976 para o *JT* – um depoimento datilografado de 12 páginas e um manuscrito de oito páginas –, o leitor poderá consultar no portal do *Estado*. Trata-se de relato histórico, no qual Pery conta como procurou preservar a legalidade, sugerindo a Jango que se livrasse dos elementos no governo que a comprometiam, demitindo o Ministério. Devia ainda se afastar dos sindicalistas, governar com os partidos e se apoiar nas Forças Armadas. Aqui o leitor poderá ler a íntegra desses dois documentos históricos mantidos no *Acervo do Estado*.

Acreditava poder convencer o general Olympio Mourão Filho, que se rebelara em Minas no dia 31, a deter a sua marcha em direção ao Rio? Seria ingênuo propor a salvação de Jango quando outras conspirações se punham em marcha? Ou o que o general propunha era um outro golpe? Por Goulart sob tute-

● **Cerco**  
General narra como cercou São Paulo com tropas em reação a sargentos que se insurgiram, em Brasília, contra inelegibilidade declarada pelo STF

la? A visão do general expõe parte da autonomia que os militares buscaram exercer em relação ao poder civil no primeiro século da República? São essas questões que afloram do seu depoimento e nos trechos inéditos agora publicados.

● **‘SÃO PAULO CERCADA’**. “No dia 12 de setembro, explodiu em Brasília (levantando de sargentos, em 1963, após a decisão do Supremo Tribunal Federal de considerá-los inelegíveis, à luz da Constituição de 1946). Recebi um telefonema do ministro da Guerra comunicando o ocorrido. Eram 6 horas da manhã, me fardei e fui para o quartel-general. Era preciso impedir a divulgação do manifesto do chefe do movimento, que estava em São Paulo. Era o sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, que tinha sido transferido, a bem da disciplina, de Porto Alegre para São Paulo. E estava tão consciente, tão otimista, que assinou o manifesto e levou em mãos. Eu tomei as providências: telefonei ao ministro da Guerra, informei o que estava se passando em São Paulo e sugeri que ele tomasse providências para que não fosse divulgado o manifesto do movimento, pelo menos no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e no Recife. Mandeí um oficial prender esse sargento.”

(...) “Eu tive um (*exemplar*) e, pela sua leitura, confirmouse em meu espírito que a tônica dos sargentos que conspiravam era a mesma: a humilhação. Nesse manifesto, o sargento dizia: ‘No dia tanto eu estive em Porto Alegre, no Palácio Piratini, e, na presença do governador Leonel Brizola, o presidente João Goulart me deu a sua palavra de honra de que seria resolvida favoravelmente a questão dos sargentos’. E ele tinha, nesse mesmo sentido, a palavra do presidente do STF. Ele (*o sargento*) tinha sido eleito deputado pelo Rio Grande do Sul, mas não foi diplomado por ser sargento. Recorreu às diversas instâncias da Justiça Eleitoral e perdeu, até que foi ao Supremo e perdeu. Nesse dia, rebentou o negócio em Brasília. (...) Ele dizia: ‘O sargento vive humilhado! Humilhado dentro do seu próprio lar. A sua esposa pode candidatar-se e ser eleita, mas o marido não pode’. (...) Eu senti que era oportuno dar uma pa-

● **Carta final**  
Pery procurou João Goulart no dia 31 de março de 1964 e fez sugestões ao presidente que acreditava serem necessárias para salvar o seu governo.

## Quem é

**PERY BEVILAQUA**  
General do Exército brasileiro

Comandou a 3.ª Divisão de Infantaria e se insurgiu contra o veto de ministros militares à posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Com Jango empossado, recebeu a quarta estrela e o comando do 2.º Exército, em São Paulo.

Em 1965, foi designado ministro do Superior Tribunal Militar, ficando no cargo até 1969, quando foi cassado pelo Ato Institucional n.º 5. Morreu em 27 de abril de 1990, aos 90 anos.

ILUSTRAÇÃO BAPTISTÃO

lavra de orientação aos meus comandados. E eu tinha muitos bons elementos em formação. Era preferível não ter que esmagá-los.”

(...) “Eu estava com o dedo no gatilho. E cheguei a ocupar militarmente a crista de Santana (*zona norte de São Paulo*), que domina a distância de tiro de fuzil, o Campo de Marte (*aeroporto na zona norte de São Paulo*), onde era o foco (*dos rebeldes*) da Aeronáutica. Eu fiz os carros de combate virem de Campinas para comporem um destacamento que organizei para atuar dentro de São Paulo, na base do 4.º Regimento de Infantaria. O foco era Barro Branco (*zona norte de São Paulo*), onde estavam as unidades especiais da Força Pública, na Avenida Tiradentes (*no centro, onde se concentram os principais quartéis da polícia*). Aproximei o 6.º Regimento (*de Infantaria*) de Caçapava para Arujá, próximo da Base Aérea de Cumbica. E constituí aquele destacamento.”

“Eu preferia dar uma palavra de orientação e aí eu fiz uma nota que redundou depois em motivo de eu ser retirado do comando (*do 2.º Exército, em no-* ☞

PRÉSTIMO AO GOVERNO MILITAR  
Pery Bevilaqua, então, 1.º 064.271.4604  
CORRESPONDENTE JORNALISMO

pressreader